

**Publicado originalmente em:**

CUNHA, L. C. A igualdade, suas várias interpretações, e a ética interespecies. In: BARBOSA-FOHRMANN, A. P.; LOURENÇO, D. B.; AUBERT, A. C. P. (orgs.). *Estudos e direitos dos animais: teorias e desafios*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, p. 104-128.

Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/508animais>

## **A IGUALDADE, SUAS VÁRIAS INTERPRETAÇÕES, E A ÉTICA INTERESPÉCIES**

Luciano Carlos Cunha<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Quando falamos em defesas filosóficas da consideração moral dos animais não humanos, as perspectivas normalmente lembradas são o *utilitarismo* de Peter Singer e as teorias de *direitos* de Tom Regan e Gary Francione. Não é de se espantar que seja assim. Esses três autores realizaram um trabalho pioneiro ao defenderem a consideração moral dos animais não humanos a partir de suas respectivas correntes normativas e ao apontarem as implicações práticas dessa consideração. Contudo, não é incomum a crença de que essas são as únicas teorias éticas a partir das quais é possível defender a consideração moral dos animais não humanos, ignorando que ela foi defendida a partir das mais variadas teorias éticas. Além do *utilitarismo* (SINGER, 2002 [1979], MATHENY, 2006) e das *teorias de direitos* (REGAN, 1983; FRANCIONE, 2000) podemos citar também: *igualitarismo* (GOMPERTZ, 1997[1824], FARIA, 2014; HORTA, 2016), *prioritarismo* (HOLTUG, 2007), *suficientismo* (CRISP, 2003), *ética do cuidado* (ADAMS e DONOVAN, 1996), *abordagem das capacidades* (NUSSBAUM, 2006); *ética de virtudes* (ROLLIN, 1981; DOMBROWSKI 1984; NOBIS 2002; HURSTHOUSE 2006; ABBATE 2014), *kantianismo* (FRANKLIN, 2005; KORSGAARD, 2005), *neokantianismo* (PLUHAR, 1995) e o *contratualismo rawlsiano* (VANDEVEER, 1979; ROWLANDS, 1998). Além disso, outros autores (CLARK, 1977; SAPONTZIS, 1987) defenderam os animais combinando várias perspectivas da ética.

Existem vários efeitos negativos da crença de que o utilitarismo e as teorias de direitos são as únicas perspectivas a partir das quais é possível defender a consideração moral dos

---

<sup>1</sup> Doutor em Ética e Filosofia Política. Coordenador Geral no Brasil da ONG Ética Animal. E-mail: [luciano.cunha@animal-ethics.org](mailto:luciano.cunha@animal-ethics.org)

animais não humanos. O primeiro, é que pode fazer com que as pessoas que acreditam que outras teorias normativas são mais plausíveis pensem que elas não têm o dever de respeitar os animais não humanos. O segundo, é que algumas pessoas poderiam pensar que, uma vez que rejeitam o utilitarismo, necessariamente têm de adotar uma teoria de direitos, e vice-versa. O terceiro, é que é possível que existam outras teorias normativas que tenham implicações ainda mais favoráveis aos animais não humanos do que as duas teorias mencionadas, e os defensores dos animais acabem por não tentar conhecer essas teorias.

O presente texto apresenta várias perspectivas da ética normativa fundadas na preocupação sobre o quão bem ou mal cada indivíduo se encontra. Primeiramente, será apresentado o princípio *formal* da igual consideração e, em seguida, serão apresentadas várias interpretações substanciais desse princípio formal. Dentre essas visões, estão o *igualitarismo*, o *prioritarismo*, o *suficientismo* e o *maximin*<sup>2</sup>. Serão apontadas as diferenças entre essas visões, bem como as diferenças entre elas e as teorias de direitos e o utilitarismo. Por fim, serão apontadas as implicações práticas dessas visões em relação às nossas obrigações para com os animais não humanos.

## 1. O PRINCÍPIO FORMAL DA IGUAL CONSIDERAÇÃO

O termo “visões igualitaristas” é utilizado em diversos sentidos. Por vezes, é utilizado em referência a qualquer visão de ética que aceite o *princípio da igual consideração* (detalhado a seguir). Em outras vezes, é utilizado em referência a qualquer visão de ética que prescreva diminuir a desigualdade entre os indivíduos, por alguma outra razão que não a razão indireta presente no utilitarismo (centrada no *princípio da utilidade marginal decrescente*, explicado no item 2). Nesse segundo sentido, seriam visões igualitaristas não apenas o próprio igualitarismo, mas também o prioritarismo, o suficientismo e o maximin. Por fim, em um terceiro sentido, o termo “igualitarismo” é utilizado em um sentido estrito, em referência somente ao próprio igualitarismo (que considera a desigualdade ruim em si ou injusta). O presente artigo tem como objetivo esclarecer as diferenças entre esses vários princípios.

---

<sup>2</sup> Essas quatro visões de ética podem ter variantes consequencialistas e não consequencialistas. Isso mostra que as seguintes ideias são equivocadas: (1) “se alguém é um consequencialista, tem de ser um utilitarista”; (2) “se alguém é um deontologista, tem de adotar uma teoria de direitos” e; (3) “se alguém rejeita o utilitarismo, tem de ser um deontologista”. Vejamos um exemplo com o igualitarismo. Um igualitarismo consequencialista dirá que, se a única maneira de evitar uma desigualdade maior em longo prazo for causar uma desigualdade menor agora, então que essa é a decisão correta. Já um igualitarismo deontologista dirá que não devemos causar essa desigualdade menor agora, mesmo que o resultado seja uma maior desigualdade ao longo do tempo.

Começemos pelo *princípio da igual consideração*. Diferentemente dos princípios substanciais adotados pelas diversas teorias normativas, que prescrevem qual é a ação correta, o princípio da igual consideração é meramente formal. Isto é, ele não diz qual a ação correta. Apenas diz que, seja lá qual princípio adotemos para determinar qual a ação correta, não há justificativa para sermos tendenciosos em relação ao peso do bem de cada indivíduo afetado por nossa decisão. Por exemplo, se afirmo que, em uma situação onde tenho que escolher priorizar A ou B, devo priorizar A porque ele está mais gravemente ferido, então, isso significa que, se em outra situação for B quem estiver mais gravemente ferido, eu deveria priorizar B. No exemplo, o princípio substancial adotado foi “priorizar quem está mais gravemente ferido”. Mas, a mesma implicação aconteceria para qualquer outro princípio substancial geral. Por exemplo, se eu dissesse que devo priorizar A porque ele tem mais chances de se recuperar, então, isso implica que, se fosse B quem tivesse mais chances de se recuperar, eu deveria priorizar B. Eu cometeria uma discriminação contra B se, nessa segunda situação, escolhesse não o priorizar por conta de sua raça, gênero, espécie etc.

O especismo é injusto porque é claramente uma violação do princípio da igual consideração, e acontece não somente quando se desconsidera totalmente o bem de quem não pertence a certa(s) espécie(s), mas toda vez que níveis de prejuízos e benefícios similares recebem um peso menor quando recaem sobre quem não pertence a certa(s) espécie(s).

Isso parece mostrar que o princípio da igual consideração é suficiente para revelar que o especismo é injusto. Contudo, por ser um princípio meramente formal, é compatível com qualquer visão de ética que não seja tendenciosa. Veremos, nos itens restantes, diferentes interpretações substanciais de várias visões de ética que aceitam a igual consideração.

## **2. TEORIAS DE DIREITOS, UTILITARISMO E IGUAL CONSIDERAÇÃO**

A ideia de igual consideração é incorporada nas teorias de direitos de Regan e Francione. Quando Regan (1983, p. 243-248) defende que o critério para se possuir direitos morais é ser *sujeito-de-uma-vida*, está a defender que todos os que satisfazem esse critério (independentemente de raça, gênero e espécie) deveriam ter direitos morais. A mesma coisa acontece quando Francione (2000, p. 98-102) propõe o critério “ser senciente” como uma condição necessária e suficiente para se ter o direito de não ser um item de propriedade. Isto é, a presença do princípio formal da igual consideração, nessas teorias, é simplesmente uma aplicação da ideia de que casos relevantemente similares devem ser tratados de modo similar.

O utilitarismo, por sua vez, necessariamente precisa aceitar a igual consideração. Do contrário, não alcançaria a meta de *maximizar a utilidade*. O que o utilitarismo entende por utilidade é a soma total agregada de tudo o que for positivo menos tudo o que for negativo para os seres sencientes afetados. O objetivo do utilitarismo clássico<sup>3</sup> é maximizar o agregado daquilo que é positivo para o bem-estar dos seres sencientes. Vejamos um exemplo para ilustrar o modo utilitarista de determinar a ação correta. Em todos os exemplos que veremos nesse texto, as letras representam indivíduos, e os números representam os seus respectivos níveis de bem-estar<sup>4</sup>. Considere as duas situações a seguir:

Situação	A	B	C	D	Total negativo	Total positivo	Total geral
S1	- 8	+9	- 12	+3	-20	+12	-8
S2	-2	+3	-10	+5	-12	+8	-4

Se nossas únicas opções forem S1 ou S2, o utilitarismo prescreverá escolher S2, uma vez que é a situação que apresenta o maior saldo total geral (que é obtido pela soma do total positivo menos a soma do total negativo). O utilitarismo precisa necessariamente aceitar a igual consideração de todos os seres sencientes, pois, caso não faça isso, não alcançará a meta que busca (maximizar o saldo total agregado). Por exemplo, suponhamos que B seja um animal não humano e D seja um animal humano. Como vimos, a situação que apresenta o maior saldo total agregado é S2. Se alguém é um especista, e, se recusa a escolher S2 porque nela o animal não humano está em uma situação melhor do que o animal humano, então, não estará alcançando a meta que o utilitarismo visa alcançar. É por essa razão que utilitaristas têm de necessariamente rejeitar o especismo.

Como vimos, as teorias de direitos e o utilitarismo incorporam o princípio formal da igual consideração. Contudo, isso é diferente de uma preocupação em diminuir a desigualdade entre os indivíduos (seja em termos de recursos, seja em termos de bem-estar). É possível que um defensor de direitos morais também tenha uma preocupação em diminuir a desigualdade, mas, isso não é uma implicação necessária de, por exemplo, a defesa de que há um direito de não ser item de propriedade, à integridade física, à vida etc. Isto é, é possível alguém defender tais direitos e não necessariamente se preocupar em diminuir a desigualdade. Já as prescrições

<sup>3</sup> Existe uma variante que é o utilitarismo negativo, cuja meta é minimizar o agregado total negativo, que será comentada no item 8.

<sup>4</sup> Aqui não será assumida nenhuma teoria específica sobre de que se constitui o bem-estar dos indivíduos (isto é, se o que possui valor em si são as experiências positivas, se é a satisfação de preferências, se é o desfrute de itens de lista objetiva, ou uma combinação dessas coisas). Por isso, falaremos apenas dos níveis de bem-estar, deixando em aberto de que se constitui esse bem-estar.

do utilitarismo, em uma grande gama de casos (mas não em todos), coincidem com favorecer quem está na pior situação (e, portanto, diminuem a desigualdade). Contudo, isso acontece no utilitarismo por conta de uma preocupação indireta com maximizar a utilidade, por conta do *princípio da utilidade marginal decrescente*, como explicado a seguir:

O princípio da utilidade marginal decrescente afirma que, quanto menor a quantia que alguém possui de certo recurso, mais bem-estar gera para esse alguém uma unidade adicional desse recurso. Por exemplo, se alguém tem apenas um quilo de arroz, dar um quilo adicional a essa pessoa fará uma diferença positiva maior para ela do que para outra que já tem dez quilos de arroz. Assim, o que esse princípio diz é que *recursos possuem utilidade marginal decrescente*. Esse princípio é importante para o utilitarismo porque, como sua meta é maximizar o agregado total de bem-estar, na maioria dos casos isso será feito de maneira mais eficiente dando mais recursos a quem está em uma situação pior. Por exemplo, suponhamos que em certa situação há dois indivíduos com os seguintes níveis de bem-estar:  $A=+10$ ;  $B=+1$  (total = +11). Imaginemos que temos determinado recurso que, se for dado para A, aumentará o seu bem-estar em dois pontos ( $A=+12$ ,  $B=+1$ , total = +13), e se for dado para B, aumentará seu bem-estar em quatro pontos, pois B está em uma situação pior ( $A=+10$ ,  $B=+5$ , total = +15). Assim sendo, o utilitarismo prescreveria dar o recurso para B, porque, deste modo, o resultado apresentará um maior saldo total agregado.

Observe, contudo, que o utilitarismo prescreve dar o recurso para B porque fazê-lo é mais eficiente para maximizar a *soma total do bem-estar* (que é a meta do utilitarismo). Isso é diferente de ter *como meta* diminuir a desigualdade ou priorizar melhorar a situação de quem está pior. Se, em outra situação, dar o recurso para quem já está melhor for mais eficiente em maximizar a soma total, o utilitarismo prescreverá favorecer quem já está melhor. Por exemplo, imaginemos a mesma situação:  $A=+10$ ;  $B=+1$  (total = +11). Suponhamos, desta vez, que A é um indivíduo que, mesmo já estando em uma situação melhor do que a de B, ainda teria o seu bem-estar aumentado em mais pontos se recebesse o recurso em questão. Imagine, por exemplo, que A é um fã de pinhão e que B gosta de pinhão, mas não tanto quanto A, e que se dermos um saco de pinhão para A o seu bem-estar será aumentado em três pontos ( $A=+13$ ,  $B=+1$ , total = +14), e que se dermos o pinhão a B, o seu bem-estar será aumentado em dois pontos ( $A=+10$ ,  $B=+3$ , total = +13). Nesse caso, o utilitarismo prescreveria favorecer quem já está melhor, pois isso seria mais eficiente em maximizar a utilidade.

Veremos a seguir qual a diferença entre beneficiar quem está na pior situação por acreditar que isso é mais eficiente em maximizar a utilidade (como acontece no utilitarismo) e várias perspectivas que consideram melhorar a situação de quem está pior algo valioso em si.

### 3. QUANTIDADE DE SERES COM VIDAS POSITIVAS E UTILITARISMO MÉDIO

Uma perspectiva distinta seria afirmar que a quantidade de indivíduos com um nível de bem-estar positivo é algo valioso *em si* (e não apenas indiretamente à meta de maximizar o agregado total). Essa perspectiva não possui um nome, e não parece ter sido defendida enquanto teoria ética, mas, é certamente uma possibilidade. A seguir, está um exemplo para ilustrar como essa visão determinaria a ação correta, e também para ilustrar a diferença entre ela e o *utilitarismo médio*. O utilitarismo médio é uma variante do utilitarismo que prescreve escolhermos não aquela situação que apresenta a maior *soma total*, mas, a maior média (isto é, a soma total dividida pela quantidade de indivíduos). Vejamos:

Situação	A	B	C	D	Total negativo	Total positivo	Total geral	Média
S1	+10	-1	-2	-3	-6	+10	+4	+1
S2	+8	+2	-3	-3	-6	+10	+4	+1

Para o utilitarismo clássico e para o utilitarismo médio, ambas as situações são igualmente boas, já que a soma total é igual (+4) e também a média (+1). Contudo, poderia ser dito que S2 é melhor em pelo menos um aspecto: nela, existem dois indivíduos com bem-estar positivo, enquanto que em S1 há apenas um. Considere agora as seguintes situações:

Situação	A	B	C	D	Total negativo	Total positivo	Total geral	Média
S1	+10	-1	-2	-3	-6	+10	+4	+1
S3	+7	+2	-3	-3	-6	+9	+3	+0.75

Utilitaristas clássicos e médios dirão que S1 é melhor do que S3, já que nela a soma total é maior e a média também. Já alguém que defenda que, quanto mais indivíduos com vidas positivas, melhor, dirá que S3 é melhor *nesse aspecto*, mesmo que a soma total e a média sejam menores. Considerarão S3 melhor *tudo considerado* ou não, dependendo de que peso atribuirão ao fator “quantidade de indivíduos com bem-estar positivo” em comparação aos fatores “soma total” e “média”. Porém, a considerarão melhor pelo menos *em um aspecto*.

Assim como o utilitarismo, essa perspectiva também precisa necessariamente dar igual consideração a todos os seres sencientes, pois, caso não o faça, não alcançará a meta de que haja a maior quantidade possível de seres com vidas positivas.

#### 4. MAXIMIN

O princípio do *maximin* se preocupa diretamente com os níveis de bem-estar dos indivíduos (independentemente de qual é a soma, a média, ou a quantidade de indivíduos com bem-estar positivo). O maximin prescreve escolher aquele curso de ação onde o nível mínimo de bem-estar é maior (daí o nome maximin, que vem de “maximizar o mínimo”<sup>5</sup>). Vejamos um exemplo:

Situação	A	B	C	D	Total negativo	Total positivo	Total geral	Média	Vidas positivas
S1	+6	+4	-5	-1	-6	+10	+4	+1	+2
S2	+8	+2	-4	-2	-6	+10	+4	+1	+2

Nesse exemplo, utilitaristas clássicos e médios, e mesmo quem se preocupa com a quantidade de indivíduos com bem-estar positivo, teriam de dizer que ambas as situações são igualmente boas. Contudo, proponentes do maximin diriam que S2 é melhor, pois nela quem está na pior situação (C=-4) está melhor do que quem está na pior situação em S1 (C=-5).

Assim como em todas as visões anteriores, o maximin precisa dar igual consideração a todos os seres sencientes, pois, do contrário, não alcançará a meta de maximizar o nível mínimo de bem-estar (ainda mais em um mundo como o nosso, onde os animais não humanos geralmente se encontram na posição com o nível de bem-estar mais baixo).

#### 5. PRIORITARISMO

---

<sup>5</sup> Um proponente do maximin é Rawls (1999 [1971]). Alguns defensores dos animais não humanos propuseram princípios similares ao maximin. Por exemplo, Ryder (2001) com o princípio do *painism*, que dá prioridade ao sofredor máximo, e Regan (1983, p. 307-12), com o princípio *worse-off*, que prioriza não violar os direitos dos membros da minoria se estes forem prejudicados em maior grau do que qualquer um dos membros da maioria.

O *prioritarismo* possui diferenças e semelhanças com outras três concepções: o maximin, o utilitarismo e o igualitarismo (que veremos mais adiante). Começemos comparando-o com o maximin. Considere as duas situações a seguir:

Situação	A	B
S1	-48	-49
S2	-50	-30

Proponentes do maximin diriam que S1 é melhor, porque nela quem está pior (B=-49) está melhor do que quem está pior em S2 (B=-50). Isto é, S1 apresenta o maior nível mínimo de bem-estar. Contudo, uma objeção ao maximin seria apontar que, embora em S2 o nível mínimo de bem-estar seja mais baixo, há uma melhora considerável no bem-estar de um dos indivíduos. Em S1 temos dois indivíduos sofrendo muito, e em S2, pelo menos o sofrimento de um deles é consideravelmente menor do que seria em S1.

Uma maneira de tentar fundamentar que S2 é melhor é apelando ao princípio utilitarista: em S1 o total agregado é -97, enquanto que em S2 é -80. Contudo, outra maneira é apelar ao princípio prioritarista. O prioritarismo, assim como o utilitarismo, também busca maximizar o saldo total agregado. Contudo, diferentemente do que acontece no utilitarismo, onde cada unidade adicional de bem-estar tem o mesmo valor, independentemente do quão bem ou mal estava quem receberia essa unidade adicional, no prioritarismo, o valor de cada unidade adicional de bem-estar possui maior valor quanto pior for a situação de quem a receberia. Assim sendo, diferentemente do maximin, que se preocupa apenas em maximizar o nível mínimo, o prioritarismo se preocupa também com a quantidade de benefício possível de ser causado em cada curso de ação. E, diferentemente do utilitarismo, para o prioritarismo importa saber quem teria o seu bem-estar melhorado (quanto pior alguém estiver, mais valor tem melhorar o bem-estar desse alguém).

Para entendermos melhor essa diferença em relação ao utilitarismo, comparemos o princípio prioritarista com o princípio da utilidade marginal decrescente, presente no utilitarismo. Segundo este, uma *unidade adicional de recurso* é mais eficiente em maximizar o total agregado se for dada a quem tem menos desse recurso. Já segundo o prioritarismo, uma *unidade adicional de bem-estar* possui *mais valor* quanto menor o nível de bem-estar de quem receberia essa unidade adicional. Parfit (1995, p. 105) resume a diferença dessa maneira: “assim como os recursos possuem utilidade marginal decrescente, a utilidade possui valor marginal decrescente”. Vejamos um exemplo para ilustrar:



Situação	A	B	Total:
Situação inicial	+20	-10	+10
S1	+25	-10	+15
S2	+20	-5	+15

Imaginemos que, a partir da situação inicial, é possível aumentarmos em +5 o bem-estar de um dos dois indivíduos. Em S1 aumentamos em +5 o bem-estar de A, que já está com +20. Em S2 aumentamos em +5 o bem-estar de B, que está com -10. Utilitaristas teriam de dizer que ambas as situações são igualmente boas, pois o total é o mesmo (+15). Prioritaristas, por sua vez, diriam que S2 é melhor, uma vez que nela o benefício de +5 vai para quem está pior. Isto é, prioritaristas diriam que aumentar em +5 o bem-estar de B, que está em uma situação pior, tem mais valor do que aumentar em +5 o bem-estar de A, que está melhor.

Assim como nas outras posições abordadas anteriormente, o prioritarismo tem de necessariamente dar igual consideração a todos os seres sencientes. Do contrário, não alcançará o ideal prioritarista. Além disso, tem razões extra para se preocupar com os animais não humanos, uma vez que estes geralmente se encontram em uma situação pior do que a dos humanos. A seguir, veremos as diferenças e semelhanças entre prioritarismo e igualitarismo.

## 6. IGUALITARISMO

Considere as seguintes situações:

Situação	A	B	Total	Desigualdade
S1	+25	-10	+15	-35
S2	+20	-5	+15	-25

Utilitaristas clássicos teriam de dizer que S1 e S2 são igualmente boas, pois o saldo total é igual. O maximin diria que S2 é melhor, pois o nível mínimo de bem-estar é mais alto. Prioritaristas diriam que S2 é melhor porque os +5 que B ganha têm mais valor do que os -5 que A perde, uma vez que a situação de B é muito pior. Igualitaristas também diriam que S2 é melhor, mas, por outro motivo: em S2 o nível de desigualdade é menor. Nesse exemplo que acabamos de ver, o valor total agregado é o mesmo em ambas as situações. Contudo,

igualitaristas diriam também que certas situações que possuem um menor saldo total agregado podem ser melhores do que outras que possuem um saldo total maior. Vejamos um exemplo:

Situação	A	B	Total	Desigualdade
S1	+25	-10	+15	-35
S3	+15	-1	+14	-16

Novamente, o maximin diria que S3 é melhor do que S1 porque o nível mínimo é mais alto. Prioritaristas diriam que S3 é melhor porque, devido a B estar em uma situação pior, os +9 que ganha são mais valiosos do que os +10 que A perde. Igualitaristas, por sua vez diriam que S3 é melhor porque o nível de desigualdade é muito menor do que em S1.

Assim como em todas as outras teorias que discutimos, o igualitarismo também precisa aceitar a igual consideração de todos os seres sencientes: do contrário, nunca alcançará a meta de diminuir a desigualdade. Por exemplo, suponhamos que, no exemplo acima, B seja um animal não humano e A seja membro da espécie humana. Imaginemos que alguém afirme ser um igualitarista, mas seja especista e não queria escolher S3, devido ao benefício em S1 ir para o humano. Nesse caso (e em qualquer outro que der um peso menor ao bem dos animais não humanos) estará escolhendo a situação de maior desigualdade. Portanto, o igualitarismo, assim como as outras teorias que vimos, também é incompatível com o especismo.

Uma das principais objeções ao igualitarismo é a *objeção da igualação por baixo*. No presente item, discutiremos duas versões dessa objeção. Considere as seguintes situações:

Situações	A	B	Total:	Desigualdade
S1	+14	+15	+29	-1
S2	+1	+1	+2	0

A primeira versão da objeção da igualação por baixo afirma que o igualitarismo teria de dizer que S2 é melhor do que S1, pois em S2 a igualdade é perfeita, e em S1 há um pouco de desigualdade. Contudo, conclui a objeção, isso é absurdo, uma vez que em S2 não há ninguém que se encontre melhor do que em S1; na verdade, todos ficam muito pior.

Antes de vermos como igualitaristas poderiam responder a essa objeção, é importante observar que ela não afeta o prioritarismo, nem o suficientismo, e nem o maximin. Assim, a

objeção da igualação por baixo não oferece razões para se rejeitar diminuições da desigualdade quando fazê-lo melhorar a situação de quem está pior.

Igualitaristas poderiam responder a essa primeira variante da objeção simplesmente negando que têm de afirmar que S2 é melhor *tudo considerado* do que S1. O que igualitaristas têm que manter é que S2 é melhor *em certo aspecto* do que S1 (em S2, o bem total está melhor distribuído). Contudo, afirmar que uma situação é melhor *em certo aspecto* não implica ter de afirmar que necessariamente ela é melhor, *tudo considerado* (isto é, levando em conta tudo o que é importante). Isso é assim porque igualitaristas mantêm que a igualdade é importante *em si*. Mas, não mantêm que é a única coisa que importa, nem que *sempre* importa mais do que qualquer outra coisa. Igualitaristas concordariam que S2 é pior, *tudo considerado*. Diriam apenas que S2 é melhor *sob o aspecto da igualdade* (isto é, o valor está melhor distribuído) e que, portanto, uma maneira de melhorar S1 seria redistribuir o bem total da seguinte maneira: A=+14,5 e B=+14,5.

Já a segunda versão da objeção da igualação por baixo nega que haja algum aspecto em que S2 seja melhor do que S1. Essa segunda versão defende que, para uma situação ser melhor do que outra *em algum aspecto*, ela precisa beneficiar alguém. Como em S2, comparada a S1, não há ninguém que se encontre melhor (ambos se encontram pior), então, não há nenhum aspecto no qual S2 é melhor do que S1, conclui a objeção.

Vejamos duas respostas que igualitaristas têm dado a essa segunda versão da objeção. Temkin (2000, p. 137-146) defende que uma situação pode ser melhor do que outra em certo aspecto sem beneficiar ninguém. Por exemplo, se algum dos dois (ou ambos) merecer(em) o dano do qual padecem. Já Horta (2010, p. 140-142) defende que há um aspecto no qual se pode dizer que uma situação como S2 é melhor *para os indivíduos afetados*. Para defender essa tese, ele distingue entre *dimensões relacionais e não relacionais* do valor. Vejamos um exemplo. Imaginemos que existam dois mundos e que as letras a seguir indiquem os níveis de bem-estar dos indivíduos pertencentes a dois grupos em cada mundo:

Mundo	Grupo A	Grupo B
M1	+40	+20
M2	+19	+19

Se nascemos em M1 e nascemos no grupo B, tivemos azar. Se nascemos em M2, podemos dizer que tivemos o azar de nascer em M2 e não em M1 (pois mesmo quem está pior em M1 está melhor do que quem está melhor em M2), mas não podemos dizer que tivemos

azar de nascer no grupo em que nascemos (haja vista a distribuição igualitária). Assim, haveria duas dimensões do valor: uma diria respeito à situação na qual alguém se encontra; já outra diria respeito à posição que alguém ocupa em relação aos outros, dada a situação em que se encontra. É nessa segunda dimensão que faria sentido dizer que S2 (onde  $A=+1$ ,  $B=+1$ ) é melhor em certo aspecto *para alguém* do que S1 (onde  $A=+14$ ,  $B=+15$ ): uma vez que alguém tem o azar de estar na situação S2, não há risco de se encontrar em uma situação pior do que a dos outros indivíduos que estarão em S2 também.

## 7. SUFICIENTISMO

O suficientismo tem como meta que todos os indivíduos tenham o suficiente, e se preocupará em diminuir a desigualdade e priorizar quem estiver pior no caso dos indivíduos que ainda não têm o suficiente. No suficientismo, é estabelecido uma linha limite de bem-estar, a partir da qual a vida é suficientemente boa (CRISP, 2003, p. 762). Em relação aos que estão abaixo desse limite, o suficientismo estabelece a prioridade de acordo com três critérios: (a) dependendo do quão longe cada indivíduo está desse limite; (b) de quantos indivíduos forem beneficiados e; (c) do tamanho do benefício possível de ser causado (CRISP, 2003, p. 758). Isso mostra que o suficientismo tem várias semelhanças com o prioritarismo e o igualitarismo, sendo a principal diferença que, em relação aos que estão acima da linha limite, o suficientismo não estabelece nenhum critério de prioridade (CRISP, 2003, p. 758).

O suficientismo também tem semelhanças e diferenças em relação à visão discutida no item 3, baseada na preocupação com a quantidade de indivíduos com vidas positivas. A semelhança é que ambas compartilham dessa mesma preocupação. A diferença é que alguém pode ter uma vida minimamente positiva e ainda não ter o suficiente para que ela seja boa. Desse modo, o suficientismo diferentemente da visão discutida no item 3, visará diminuir a desigualdade e priorizar quem estiver pior quando estiverem abaixo da linha limite.

Por razões que devem estar claras agora, para alcançar sua meta, o suficientismo também precisa dar igual consideração a todos os seres sencientes, especialmente porque os animais não humanos são a gigantesca maioria dos indivíduos e geralmente seus níveis de bem-estar estão muito longe do que poderia ser considerada uma vida suficientemente boa.

## 8. VERSÕES NEGATIVAS

Igualitarismo, prioritarismo e utilitarismo possuem também versões negativas. Comparemos as versões negativas dessas teorias com suas versões tradicionais. A meta do utilitarismo negativo é alcançar a situação onde haja o menor agregado total negativo e, diferentemente do utilitarismo clássico, mantém que não há nenhuma quantidade de experiências positivas que possa compensar o sofrimento. Vejamos um exemplo:

Situação	A	B	C	D	Total negativo	Total positivo	Total geral
S1	+100	-70	-20	+30	-90	+130	+40
S2	-2	-4	+10	+20	-6	+30	+24

Utilitaristas clássicos diriam que S1 é melhor, pois o saldo total é maior. Já utilitaristas negativos diriam que S2 é melhor, pois há muito menos sofrimento.

Assim como o utilitarismo negativo, o prioritarismo e o igualitarismo negativos também visam a reduzir o sofrimento e mantêm que a felicidade não pode compensar o sofrimento, mas, diferentemente do utilitarismo negativo, para esses dois últimos importa não apenas a soma total de sofrimento evitado. Vejamos um exemplo para ilustrar:

Situação	A	B	Total negativo	Desigualdade
S3	-1	-19	-20	-18
S4	-9	-11	-20	-2

Utilitaristas negativos diriam que não há razões para se preferir S3 ou S4, uma vez que o total negativo é o mesmo. Já prioritaristas negativos e igualitaristas negativos diriam que S4 é melhor. Prioritaristas negativos diriam que S4 é melhor porque há uma melhora considerável na situação de quem estaria pior. Igualitaristas negativos, por sua vez, diriam que S4 é melhor porque há menor desigualdade: em S3 temos um indivíduo com uma dor leve e outro sofrendo terrivelmente; em S4 o fardo é dividido, e temos dois indivíduos com dores mais moderadas.

## 9. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Vimos acima que prioritaristas, igualitaristas, sufficientistas e proponentes do maximin, ainda que por razões distintas, na maioria dos casos têm de manter que, quanto pior a situação

de alguém, mais fortes as razões para priorizar melhorar sua situação. Vejamos agora algumas implicações dessas visões, em relação às nossas obrigações para com os animais.

Em primeiro lugar, essas perspectivas têm de rejeitar a exploração animal, uma vez que esta não diminui a desigualdade. Pelo contrário: aumenta-a muito, uma vez que causa sofrimento e morte aos animais não humanos, visando a produzir benefícios para os humanos.

Em segundo lugar, essas perspectivas defenderão o abolicionismo, mas irão além. Defenderão que devemos tentar melhorar a situação dos animais não humanos mesmo em contextos onde eles não são explorados, da mesma maneira que diriam que devemos tentar diminuir a desigualdade entre humanos, mesmo quando não são escravizados. Por isso, essas perspectivas defenderão pesquisar formas de ajudar os animais também quando são vítimas dos processos naturais, e não apenas quando são vítimas de práticas humanas. E, como a situação dos animais na natureza, ao contrário do que a maioria das pessoas acredita, resulta em uma enorme quantidade de seres sofrendo e de mortes já em decorrência dos processos naturais<sup>6</sup>, essas perspectivas prescreverão priorizarmos pesquisar maneiras de diminuir esse sofrimento e essas mortes.

Em terceiro lugar, essas perspectivas avaliarão de modo distinto a magnitude do dano da morte. A magnitude do dano da morte é comumente entendida somente em função do quanto alguém teria pela frente para desfrutar. Já essas perspectivas dirão que também depende do quanto alguém já desfrutou: quanto menos desfrutou, mais prejudicado com a morte é (isso é assim porque, como vimos, essas visões possuem como meta priorizar quem tem menos). Isso tem uma implicação importante no caso dos animais não humanos: como suas mortes são geralmente extremamente prematuras, seja na exploração, seja na natureza, são prejudicados com a morte em alto grau, tanto pelo pouco que desfrutaram, quanto pelo muito que poderiam desfrutar e não ocorre.

Em quarto lugar, como essas visões defendem que, quanto pior a situação de alguém, mais fortes as razões para priorizarmos melhorar sua situação, têm de defender que a causa animal deveria ser uma prioridade. Isso é assim porque os animais não humanos, seja os que são explorados pelos humanos, seja os que estão na natureza, estão geralmente em uma situação muito pior do que a dos humanos. Além disso, a quantidade de animais não humanos em uma situação terrível é imensamente maior do que a quantidade de humanos.

Outras perspectivas normativas, como utilitarismo, direitos e teorias centradas no caráter, também podem concordar com vários ou mesmo todos esses pontos. Por exemplo,

---

<sup>6</sup> Sobre essa questão, ver Cunha (2021, p. 145-191).

teorias de direitos são tipicamente abolicionistas, e poderiam reconhecer também que os animais não humanos têm direito de receber ajuda mesmo em contextos onde não são escravizados. Utilitaristas poderiam rejeitar a exploração animal observando que ela não causa um bem maior do que o mal que produz e que ajudar os animais na natureza pode ser uma forma eficiente de maximizar o saldo total (ou, diminuir o saldo negativo total, no caso do utilitarismo negativo). Proponentes de uma ética de virtudes, por sua vez, poderiam reconhecer que rejeitar a exploração e ajudar quem precisa são traços de um caráter virtuoso. A diferença é apenas que o igualitarismo, prioritarismo, maximin e suficientismo teriam razões extra para priorizar mudar a situação dos animais não humanos.

## **10. A OBJEÇÃO CENTRADA NA IDEIA DE MERECIMENTO**

Uma possível objeção a todas as teorias que abordamos consiste em dizer que nem sempre há razões para priorizar melhorar a situação de quem está pior, ou diminuir a desigualdade: se, por alguma razão, o prejuízo do qual alguém padece for merecido, então não há por que priorizar melhorar sua situação. Por exemplo, imaginemos que A está muito mais gravemente ferido do que B. Contudo, imaginemos que A se feriu tentando matar B, que é inocente. Nesse caso, apesar de A estar em uma situação pior, parece que temos razões para priorizar socorrer B, porque A fez algo injustificável antes.

Uma maneira de responder a essa objeção é observar que todas as teorias anteriores podem incorporar um princípio adicional centrado na ideia de merecimento. Por exemplo, poderia ser dito que temos razões para priorizar melhorar a situação de quem está pior, exceto se esse alguém violou alguma obrigação que o faça perder a prioridade. Além disso, esse princípio adicional não faria nenhuma diferença em relação às razões para priorizar ajudar os animais não humanos, uma vez que não merecem a situação da qual padecem, seja quando são explorados pelos humanos, seja quando são vítimas de processos naturais.

## **11. A OBJEÇÃO CENTRADA NOS GRAUS DE ESTATURA MORAL**

Uma objeção à conclusão de que, como os animais não humanos estão geralmente em uma situação muito pior, deveríamos priorizar melhorar sua situação, é a ideia de que a consideração moral deveria vir em graus. Segundo essa objeção, o bem dos humanos deveria ter um peso maior e, portanto, cada unidade adicional de melhora no bem-estar dos humanos (ou, em algumas variações, dos humanos que possuem capacidades cognitivas sofisticadas)

deveria pesar mais (o dobro, o triplo, o quádruplo etc.). Por exemplo, Peter Vallentyne (2004) defende que, por isso, igualitaristas não têm de priorizar melhorar a situação dos animais.

Um primeiro problema com essa objeção é que ela viola completamente o princípio da igual consideração. É arbitrária, pois dá peso distinto a níveis de prejuízos e benefícios que são similares. É algo que não seria considerado justo se não soubéssemos quem seriam os privilegiados e os desfavorecidos.

Um segundo problema com essa objeção é que ela não funcionaria nem em seus próprios termos. Suponhamos que o bem de cada humano pesasse dez vezes mais do que o bem de cada animal não humano. Isso é realmente conceder bastante. Como vimos, de acordo com o princípio da igual consideração, parece não haver justificativa para dar sequer um peso levemente maior. Isso significaria que, para termos de investir em ajudar os animais não humanos uma mesma quantia que deveríamos investir em ajudar humanos, teria de haver dez vezes mais animais não humanos em uma situação igualmente ruim. Existem aproximadamente 8 bilhões de humanos. A maior parte desses humanos não está em uma situação tão terrível quanto estão os animais não humanos. Contudo, assumamos que todos estivessem. A quantidade de animais não humanos na Terra em um dado momento é estimada entre 1 e 10 quintilhões de indivíduos (TOMASIK, 2019). A grande maioria desses animais nasce para experimentar apenas sofrimento e morrer prematuramente, seja na exploração, seja na natureza. Contudo, imaginemos, para efeito de argumentação, que a quantidade de animais não humanos em uma situação muito ruim fosse muito menor: que fosse de um trilhão. Mesmo fazendo todas essas concessões, nesse cenário ainda teríamos de investir 12,5 mais recursos em tentar melhorar a situação dos animais não humanos. Se levarmos em conta, em vez disso, os números reais, a proporção é gigantescamente maior. Isto é, curiosamente, mesmo um especista teria de priorizar melhorar a situação dos animais não humanos. A única maneira de evitar essa conclusão seria postular que o bem dos humanos é um trunfo, isto é, que tem um peso infinitamente maior. Contudo, como vimos, se parece já não haver justificativa para se dar um peso levemente maior ao bem dos humanos, dificilmente há justificativa para se estabelecer esse trunfo.

## **12. CONCLUSÃO**

Igualitarismo, prioritarismo, suficientismo e maximin são teorias éticas menos conhecidas do público em geral. Como vimos, todas essas visões tem a implicação de terem que aceitar a igual consideração de todos os seres sencientes; do contrário, não alcançarão



suas metas. Além disso, vimos que elas têm implicações em relação aos animais não humanos que vão além de defender o abolicionismo, pois implicam tentar melhorar sua situação independentemente de estarem ou não sendo explorados (o que inclui uma preocupação em pesquisar formas de ajudar os animais selvagens). Apesar de outras visões de ética, como o utilitarismo, teorias de direitos e de virtudes poderem ter essas mesmas implicações, igualitarismo, prioritarismo, suficientismo e maximin têm uma implicação adicional: priorizar a luta pelos animais, uma vez que estes estão, geralmente, na pior de todas as situações.

## REFERÊNCIAS

- ABBATE, C. Virtues and Animals: A Minimally Decent Ethic for Practical Living in a Non-Ideal World. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 27, p. 909-929, 2014.
- ADAMS, C.; DONOVAN, J. *Beyond Animal Rights: A Feminist Caring Ethic for the Treatment of Animals*. New York: Continuum, 1996.
- CLARK, S. R. L. *The Moral Status of Animals*. Oxford: Clarendon Press, 1977.  
Luciano Carlos Cunha • 127
- CRISP, R. Equality, Priority, and Compassion. *Ethics*, v. 113, p. 745-763, 2003.
- CUNHA, L. C. Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente. Curitiba: Appris, 2021.
- DOMBROWSKI, D. A. *Vegetarianism: The Philosophy behind the Ethical Diet*. London: Thorsons, 1985.
- FARIA, C. Equality, priority and nonhuman animals. *Dilemata*, v. 14, p. 225-236, 2014.
- FRANCIONE, G. L. *Introduction to Animal Rights: Your Child or the Dog?* Philadelphia: Temple University Press, 2000.
- FRANKLIN, J. H. *Animal Rights and Moral Philosophy*. New York: Columbia University Press, 2005.
- GOMPERTZ, L. *Moral inquiries on the situation of man and of brutes*. London: Open Gate, 1997 [1824].
- HOLTUG, N. Equality for animals. In: RYBERG, J.; PETERSEN, T. S.; WOLF, C. (orgs.) *New waves in applied ethics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-24.
- HORTA, O. Egalitarianism and animals. *Between the species*, v. 19, n. 1, p. 109-145, 2016.
- HORTA, O. Igualitarismo, igualación a la baja, antropocentrismo y valor de la vida. *Revista de Filosofía da Universidad Complutense de Madrid*, v. 35, n. 1, p. 133-152, 2010.

HURSTHOUSE, R. Applying Virtue Ethics to Our Treatment of the other Animals. In: WELCHMAN, J. (org.). *The Practice of Virtue: Classic and Contemporary Readings in Virtue Ethics*. Indianapolis: Hackett, 2006, p. 136-154.

KORSGAARD, C. Fellow Creatures: Kantian Ethics and Our Duties to Animals. *The Tanner Lectures on Human Values*, v. 24, p. 77-110, 2005.

MATHENY, G. Utilitarianism and Animals. In: SINGER, P. (org.). *In Defense of Animals: The Second Wave*. Malden: Blackwell, 2006, p. 13-25.

NOBIS, N. Vegetarianism and Virtue: Does Consequentialism Demand Too Little? *Social Theory and Practice*, v. 28, p. 135-156, 2002.

NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

PARFIT, D. *Equality or Priority?* Kansas: University of Kansas, 1995.

PLUHAR, E. *Beyond Prejudice: The Moral Significance of Human and Nonhuman Animals*. Durham: Duke University Press, 1995.

RAWLS, J. *A Theory of Justice*. 2. ed. Harvard: Harvard University Press, 1999 [1971].

REGAN, T. *The Case for Animal Rights*. Los Angeles: University of California Press, 1983.

RYDER, R.D. *Painism: A Modern Morality*. Opengate Press, 2001.

ROLLIN, B. *Animal Rights and Human Morality*. Buffalo: Prometheus Books, 1981.

ROWLANDS, M. *Animal Rights: A Philosophical Defense*. London: MacMillan Press, 1998.

SAPONTZIS, S. F. *Morals, Reason and Animals*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

SINGER, P. *Ética Prática*. 3. ed. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TEMKIN, L. S. Equality, Priority, and the Levelling Down Objection. In: CLAYTON, M.; WILLIAMS, A. (orgs.). *The Ideal of Equality*. New York: Macmillan and St. Martin's Press, 2000, p. 126-161.

TOMASIK, B. *How Many Animals are There? Essays on Reducing Suffering*, 07 ago. 2019. Disponível em: <http://reducing-suffering.org/how-many-wild-animals-are-there/>. Acesso em: 04 maio 2021.

VALLENTYNE, P. Of Mice and Men: Equality and Animals. *Journal of Ethics*, v. 9. p. 403-433, 2004.

VANDEVEER, D. Of beasts, persons and the original position. *The Monist*, v. 62, p. 368-377, 1979.